



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



PETRÓPOLIS, RJ, 4 DE DEZEMBRO DE 1999

Senhores Presidentes; Companheiro de Mesa; Senhoras e Senhores,

Permitam-me iniciar com um toque pessoal. Para mim, é uma grande satisfação participar desta celebração dos 40 anos do BID, aqui, em Petrópolis.

Em minha vida de pesquisador e de homem público, tive ligações estreitas com esta que é a maior e mais antiga instituição multilateral do desenvolvimento regional. Pude compartilhar muitas experiências de trabalho e reflexão com seu corpo de diretores e funcionários. E acompanho sua obra desde o início.

Há 40 anos, o mundo era bem diferente. Para quem viveu aquela época, é impossível não recordar a forma peculiar como então se misturavam as questões econômicas e políticas. Vivia-se, nos anos 50, a realidade da Guerra Fria. As obsessões ideológicas contaminavam a agenda internacional, inclusive a questão do desenvolvimento.

Isso criava obstáculos à percepção de interesses compartilhados. Com freqüência, a politização dos temas obscurecia a legitimidade das demandas sociais.

Talvez a distorção suprema fosse a que transformava fins em meios.

E mesmo um objetivo tão incontroverso como o do desenvolvimento parecia exigir legitimação alheia aos seus próprios méritos. Alguns pensavam: vamos promover o desenvolvimento, não tanto porque ele é necessário, mas porque será a muralha contra o inimigo externo!

Mas havia espaço também para novas idéias. A Cepal abriu uma “clareira” do pensamento propriamente latino-americano, e essa “clareira” geraria frutos. Discutiam-se projetos de desenvolvimento elaborados em uma ótica nacional.

E onde há espaço de pensamento há espaço para a iniciativa política.

Daí a reunião do Quitandinha, em 1954. Ela representou um marco na longa jornada pela criação do BID. Fortaleceu a convicção de que era necessário ampliar o acesso a fontes internacionais de recursos.

Juscelino Kubitschek foi um dos que souberam detectar possibilidades. E, nessa altura, quero fazer referência a uma pessoa que está aqui e que é, talvez, de todos nós, a única pessoa que esteve presente na fundação do BID aqui, em Quitandinha, o Senador Roberto Campos, a quem também rendo minhas homenagens por ter ajudado a ter essa visão, na época. Em 1958, Kubitschek propôs às nações do hemisfério um esforço de cooperação para o desenvolvimento da América Latina e do Caribe. Em uma conjuntura de suspeitas e confrontação, sua proposta ampliava horizontes.

Pouco depois, um comitê da Organização dos Estados Americanos apresentou a versão inicial daqueles que seriam os artigos do acordo do estabelecimento do BID.

Assim nasceu e cresceu o BID, navegando as águas intranqüilas da Guerra Fria, mas orientado por um princípio genuíno de solidariedade continental. A solidariedade é o que ainda hoje nos une.

Eu disse que era muito diferente o mundo dos anos 50. Mas não era diferente o anseio dos povos da América Latina e do Caribe pelo desenvolvimento, pela erradicação da pobreza, pela conquista de maior justiça social e de níveis mais adequados de bem-estar e de prosperidade.

É claro que a forma como hoje encaramos esses desafios é outra.

A democracia é hoje uma realidade irreversível, e isso se reflete na própria definição do desenvolvimento. Afirma como critério maior da ação pública a atenção à justiça social, aos direitos humanos, à proteção de minorias e à preservação do meio ambiente.

Outra realidade irreversível é a nova economia global, na qual o conhecimento e a informação tornam-se mais importantes do que a dotação de recursos naturais e na qual as inovações técnicas transformam radicalmente a forma de enxergar os fatores de produção tradicionais.

Tornou-se um imperativo do desenvolvimento colocar as pessoas, o ser humano, no centro das preocupações.

Quanto mais se afirma a democracia, mais o desenvolvimento deverá ser desenvolvimento humano.

Quanto mais se aprofunda a importância do conhecimento e da informação, mais decisivo é o papel do trabalhador qualificado e, portanto, de questões como a educação e a saúde.

Em seu momento, a mecanização da produção gerou medos e mitos de desumanização do trabalho. Ninguém esquece as imagens de Chaplin em *Tempos modernos*.

A nova economia, com ênfase ainda maior na técnica, na eficiência da produção, na competitividade, traz promessas de prosperidade, mas traz igualmente novas preocupações. Uma delas é o desemprego e o potencial de exclusão.

Temos, portanto, um novo desafio: o de tirar o máximo proveito das oportunidades abertas pela ciência e pela tecnologia, sem perder a bússola da solidariedade.

Desafios novos não podem ser enfrentados com fórmulas antigas.

Nos anos 50, quando se falava em desenvolvimento, os símbolos eram a indústria pesada, a infra-estrutura econômica, as grandes obras. Tudo isso ainda é importante, e muito, mas nos dias de hoje a criança na escola, com condições de acesso a um ensino de qualidade, talvez seja um símbolo mais apropriado do desenvolvimento.

As tarefas do Estado são hoje distintas. Já não são as de um Estado-empresário, onipresente, que escolhe arbitrariamente vencedores e vencidos. São as de um Estado que deve garantir as condições para o cresci-

mento econômico, para a geração de emprego, para a universalização do acesso à educação e à saúde e para a integração regional.

Sabemos que a estabilidade da moeda e a responsabilidade fiscal são componentes indispensáveis de um processo de desenvolvimento. E nesta matéria não podemos ser auto-indulgentes. Sabemos, sim, que essa é a parte que nos toca, a nós, responsáveis pelos nossos países, e a nós todos que somos responsáveis e respondemos pela economia e pela sociedade doméstica, a parte que nos toca de responsabilidade não pode ser negligenciada. Mas sabemos, também, que essa estabilidade da moeda e essa responsabilidade fiscal não são suficientes.

Sabemos que o mercado tem um papel essencial a cumprir na geração de riqueza, de inovação, mas não dá resposta a todas as perguntas.

O próprio estabelecimento do BID inspirou-se, de certa forma, nessa preocupação. Sabia-se que certos setores da economia não se desenvolveriam a contento se deixados ao mero jogo da iniciativa privada.

Era necessário o apoio da autoridade pública, que, em muitos casos, não dispunha dos recursos necessários.

Ao longo dessas quatro décadas, o Banco soube acompanhar as transformações do cenário internacional e dos modelos de desenvolvimento.

Hoje, fatos novos obrigam-nos a um esforço renovado de reflexão.

A globalização dos fluxos de capital e a instabilidade dos mercados financeiros colocam os países da região diante da tarefa de repensar o sistema financeiro internacional, bem como o papel das instituições multilaterais, inclusive do BID.

Para nós, é fundamental a contribuição que o Banco pode trazer para as discussões sobre uma nova arquitetura financeira mundial, para utilizar a expressão do Presidente Clinton. Poucas instituições conhecem tão profundamente o potencial e os problemas de nossos países como o BID.

Por isso mesmo, ele soube entender a importância da integração regional.

Não podemos hoje imaginar o crescimento econômico sustentado sem a perspectiva de fortalecimento dos diversos esquemas que deram realidade à palavra “integração”. Basta ver os avanços do Mercosul, da Comunidade

Andina, do Mercado Comum Centro-Americanano, do Caricom, do Nafta. O próprio fato de que hoje se possa pensar em uma Área de Livre Comércio das Américas dá uma boa medida de até que ponto a integração se tornou inseparável do desenvolvimento.

Esta semana, o mundo inteiro voltou-se para as discussões em Seattle. Não houve quem não se preocupasse com as consequências das negociações comerciais, que têm impacto direto sobre a vida cotidiana das pessoas, sobre o seu emprego, sobre a possibilidade de participarem do dinamismo da economia global.

O Brasil fez ouvir a sua voz. Deixou claro que o sistema multilateral de comércio precisa escolher entre duas alternativas: um regime de discriminação que protege os ricos e penaliza os pobres, ou um caminho de construção de regras efetivamente universais que permitam também aos países menos desenvolvidos o acesso a mercados em condições justas.

Não foram tão claros os desafios que as relações econômicas internacionais impõem à nossa região. Nunca foram tão claros.

Uma coisa é certa: quanto mais formos capazes de trabalhar juntos para fortalecer nossos vínculos – no plano do comércio, das finanças, da ciência e tecnologia –, mais estaremos aptos a fazer frente àqueles desafios.

E é o que estamos fazendo.

Estamos indo muito além da mera redução de tarifas ou da eliminação de barreiras ao comércio.

Na América do Sul, por exemplo, redesenhamos a geografia econômica. Estamos criando novos eixos de desenvolvimento, não apenas em uma perspectiva nacional, mas com o horizonte da construção gradual de um espaço integrado de prosperidade.

Basta lembrar a rodovia do Mercosul e a BR-174, que liga o Brasil à Venezuela. Ou a nova matriz energética sul-americana, com o gasoduto Bolívia–Brasil e os projetos nas áreas de interconexão elétrica e de petróleo.

Estamos também trazendo as questões sociais, como a educação, para a agenda da integração.

Tratamos de encontrar soluções mais eficazes para o problema secular das disparidades regionais.

É preciso aprofundar todo esse processo. Para isso, é necessário contar com um diagnóstico e constituir um portfólio de projetos para a América Latina e o Caribe, elaborados de comum acordo entre os países da região e com a parceria do BID, a qual, devo dizer, não nos tem faltado.

Tenho em mente algo na linha do estudo dos eixos de desenvolvimento que já enfrentamos no âmbito do nosso Brasil com o Programa Avança Brasil, o Plano Plurianual de Investimentos em infra-estrutura e na área social.

E o BID é um parceiro fundamental. Tem participado em projetos voltados para uma distribuição mais eqüitativa dos benefícios do desenvolvimento. E pode fazer ainda muito mais, liderando e talvez financiando um estudo como esse realizado para o Avança Brasil.

Senhoras e Senhores, amigos todos,

Além de comemorar um passado de êxitos, estamos celebrando um futuro que se anuncia promissor.

Precisamos do dinamismo e da capacidade de adaptação que o Banco já foi capaz de demonstrar – como o fez em sua participação no combate à pobreza e na ampliação da chamada Iniciativa HIPC – para o alívio da dívida de países de menor desenvolvimento relativo, que irá beneficiar diretamente alguns países da região.

Ao BID caberá continuar desempenhando importante papel no estreitamento da cooperação entre nossos povos. O Banco tem todas as condições para ajudar na inserção da América Latina e do Caribe em um processo de globalização que seja solidário, menos assimétrico e que propicie a inclusão social e a eliminação progressiva de desigualdades.

Basta ouvir o que aqui foi dito praticamente por todos os Presidentes ou os que os representam. Existe um consenso em matéria do que fazer e do que se espera do BID.

Palavras mais eloquentes não poderiam haver do que aquelas que foram ditas pelo Presidente do Uruguai, Júlio Sanguinetti, ao dizer que dentro da democracia, e sabendo que há uma economia de mercado e que vivemos as condições de globalização, as tarefas sociais se impõem como um desafio crescente.

Ao BID cabe, portanto, levar adiante essas tarefas, na educação, na saúde, no saneamento básico, no combate à pobreza. Nós sabemos também – e isso aqui foi por muitos evidenciado – que o BID tem apoiado, decisivamente, os esforços de integração.

Aqui, o representante do Caricom nos mostrou o esforço feito pela integração. Na América Central é a mesma coisa, e o Presidente da Costa Rica nos brindou com mais do que isso. Ele nos brindou com um exemplo concreto de como um país, um país pequeno quanto à sua população, soube aproveitar a janela de oportunidade do mundo atual e fez com que as altas tecnologias servissem de ponte para que a Costa Rica, hoje, ingressasse na economia global como um exportador de mercadorias que tem valor agregado e, portanto, que está permitindo uma verdadeira revolução no seu país.

Não há dúvida nenhuma de que cabe ao BID apoiar esses esforços de cooperação. Mas cabe também ao BID algo que foi aqui entredito, se é que não foi dito: cabe ao BID, de uma forma decisiva, apoiar a reestruturação dos Estados.

Esta questão é uma questão central a desafiar a temática contemporânea. É verdade, como eu disse – e todos dissemos –, que nós sabemos qual é o curso, que nós assumimos as nossas responsabilidades e a parte que nos cabe de responsabilidade, que nós não seremos auto-indulgentes para com os nossos próprios defeitos, nós sabemos, também, como Chefes de Estado e de Governo, que dispomos, ainda, de máquinas estatais e de formas de administração que se estendem aos estados e aos municípios, que precisam de uma energia muito maior para que possamos estar à altura dos desafios do mundo contemporâneo.

E essas transformações que se estão fazendo e que se farão no tempo precisam de um apoio decisivo do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Nós não podemos negar que o Banco tenha se empenhado nisso. Olhar para a bancada de Governadores, Presidente Iglesias, me dá inveja. Vossa Excelência tem mais Governadores ao seu lado do que o próprio Presidente da República. E os tem amplamente. Vejo todos os partidos, até partidos que tem colaborado muito com o Governo, mas

que continuam na oposição. E assim devem permanecer, porque estamos numa democracia.

Mas a verdade é que esse é um exemplo vivo da presença do BID aqui no Brasil. E só não existe uma bancada maior de prefeitos porque bastava um, o de Petrópolis, Leandro Sampaio, que aqui está, e que é o exemplo vivo, também, dessa cooperação, de uma transformação da máquina estatal, que precisa, e precisa crescentemente, do apoio do BID.

Precisamos também – e vários aqui disseram, eu apenas reforço – que o BID nos apóie para que tenhamos maior competitividade nesse plano de economia que se globaliza. Precisamos aumentar a competitividade dos nossos setores mais avançados.

Não faltou aqui quase a ninguém uma palavra de apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico. Ele é fundamental. Ele é tão fundamental quanto é fundamental a integração energética. O Secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Larry Summers, disse, aqui, que, entre o capital produtivo direto, o capital físico e o capital humano, a grande mudança que nós vemos, nos dias que hoje correm, é a importância crescente do capital humano.

Cabe a todos nós – caberá ao BID – apoiar essa formação do capital humano, que tem uma expressão direta, não apenas na escolarização que se generaliza, mas, sobretudo, na capacitação em níveis crescentes de tecnologia, para que nós possamos ter acesso, efetivamente, não apenas à produção, mas à criatividade nesta matéria.

Mas, de qualquer maneira, eu queria reafirmar aquilo que sei que está no coração de Vossa Excelência, Presidente Iglesias, e, portanto, que pulsa no coração de todos aqueles que trabalham no BID, como governadores, como funcionários, como técnicos: precisamos entender, e já o entendemos, mas tornar prática cotidiana, aquilo que foi exposto aqui. Nas novas condições, é preciso que exista um mercado dinâmico, uma compreensão do seu funcionamento e um Estado reformado. Mas nem o Estado nem o mercado são suficientes para fazer face ao desafio contemporâneo.

O maior desafio é a integração da sociedade civil nesse processo. O maior desafio é fazer com que, efetivamente, se entenda que go-

vernabilidade, hoje, é um conceito que se aplica não só aos limites estreitos do Estado, não só aos limites estreitos dos partidos, do Congresso, do Executivo e do Judiciário. É um conceito que se aplica ao conjunto da sociedade. Só haverá sociedade verdadeiramente democrática e dinâmica, capaz de avançar, se houver governabilidade, no sentido da existência da responsabilidade compartilhada pelo conjunto da cidadania.

Essa relação, esse laço entre o Estado e a sociedade civil, entre as formas organizadas da sociedade e o mercado, acrescido à dinâmica da sociedade civil, é fundamental. E só haverá governabilidade na nossa região – e haverá, tenho certeza disso – à medida que formos capazes de expandir a responsabilidade e a participação ao conjunto da cidadania.

E o BID tem experiência nisso. Tem experiência nisso e aqui, no Rio de Janeiro, temos exemplos vivos dos esforços do BID, no Programa Favela Bairro. Cito este, hoje, como poderia citar muitos outros programas, que mostram o que é um Banco criado com aquele espírito generoso que inspirava Juscelino Kubitschek, que inspirava Felipe Herrera, inspirava aqueles todos que pensaram num Banco olhando para o desenvolvimento e para a integração.

É um Banco na acepção moderna. Não é apenas na acepção das finanças, não é apenas na acepção do respeito às estruturas estatais estabelecidas, mas é um Banco que entende que é preciso pulverizar os recursos, que é preciso sensibilizar cada pessoa para os grandes desafios do crescimento.

Estamos nos preparando, Senhor Presidente, para levar adiante essas tarefas. Essas tarefas nos vão acompanhar no século XXI, e serve de muito bom estímulo para nós, hoje, aqui, a presença desses ilustres Chefes de Governo e de Estado – da Costa Rica, do Peru, de Trinidad-Tobago e do Uruguai –, dos representantes, como aqui ouvimos, do Chile e do México, das expressões organizadas da América Latina que se fizeram ouvir aqui, pela voz do Secretário-Geral da OEA e de todos os demais representantes e personalidades que nos visitam nesta ocasião.

Mas quero dar uma palavra final ao meu amigo, e amigo de todos nós, o Presidente Enrique Iglesias. Sua liderança, seu profundo conhecimento

da região, sua sensibilidade para as dificuldades de nossos países fizeram de Vossa Excelência o homem certo para o momento certo. Estou convencido de que, sob sua direção, o BID continuará a se afirmar como o banco da integração, do crescimento e do desenvolvimento social.

Presidente Iglesias – e aqui tenho certeza de falar por todos –, conte conosco para que o Banco prossiga em sua trajetória de realizações.

Muito obrigado.